

**DÉCADA INTERNACIONAL DAS LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL:  
O LEVANTE E O PROTAGONISMO INDÍGENA  
NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS**

DECADE OF INDIGENOUS LANGUAGES IN BRAZIL:  
THE INSURRECTION AND THE INDIGENOUS PROTAGONISM  
IN THE CONSTRUCTION OF LANGUAGE POLICIES

Altaci Corrêa Rubim<sup>1</sup> | [Lattes](#) | [altacirubim@gmail.com](mailto:altacirubim@gmail.com)  
Universidade de Brasília

Anari Braz Bomfim<sup>2</sup> | [Lattes](#) | [anari.braz@gmail.com](mailto:anari.braz@gmail.com)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Sâmela Ramos da Silva Meirelles<sup>3</sup> | [Lattes](#) | [samelaramos@unifap.br](mailto:samelaramos@unifap.br)  
Universidade Federal do Amapá

**Resumo:** O presente trabalho discute o protagonismo indígena na Década das Línguas Indígenas no Brasil. Parte-se de uma discussão sobre o cenário sociolinguístico das línguas ancestrais e as ações políticas que povos indígenas, autonomamente e em parceria, vêm desenvolvendo com relação ao fortalecimento, à revitalização e à retomada de suas línguas. Em seguida, são tratadas das concepções de língua/linguagem que são a base epistemológica desses projetos de revitalização e retomada linguística. Encontramo-nos em momento crucial diante do perigo de desaparecimento de muitas línguas ancestrais no Brasil e no mundo, no qual a defesa dessas línguas se mostra central na garantia dos direitos dos povos indígenas e de sua diversidade linguístico-cultural. Nesse sentido, são levantadas algumas reflexões sobre a emergência do protagonismo indígena para a elaboração de políticas linguísticas locais, regionais e nacionais no que tange à Década Internacional das Línguas Indígenas, que, no Brasil, está sendo coordenada por indígenas das cinco regiões do país e suas organizações.

**Palavras-chave:** Políticas linguísticas indígenas; Povos Indígenas; Década Internacional das Línguas Indígenas.

<sup>1</sup> Doutora em Linguística. Professora no Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas na Universidade de Brasília. Representante da América Latina e Caribe no Grupo de Trabalho Mundial para Década Internacional das Línguas Indígenas da Unesco. Membro do Grupo de Trabalho Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas. Membro da Rede de Pesquisadores Indígenas de Línguas Ancestrais.

<sup>2</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Trabalho Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas. Membro da Rede de Pesquisadores Indígenas de Línguas Ancestrais.

<sup>3</sup> Doutora em Linguística. Professora no Curso de Letras Libras/Português da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Membro do Grupo de Trabalho Nacional para a Década Internacional das Línguas Indígenas. Membro da Rede de Pesquisadores Indígenas de Línguas Ancestrais.

**Abstract:** This paper discusses the indigenous role in the Decade of Indigenous Languages in Brazil. We start with a discussion about the sociolinguistic scenario of ancestral languages and the political actions that indigenous peoples, autonomously and in partnership, have been developing in relation to the strengthening, revitalization and resumption of their languages. Then, we deal with the concepts of language that are the epistemological basis of these projects of linguistic revitalization and resumption. We are at a crucial moment in the face of the danger of disappearance of many ancestral languages in Brazil and in the world, in which the defense of these languages is central to guaranteeing the rights of indigenous peoples and their linguistic-cultural diversity. In this sense, we raise some reflections on the emergence of indigenous protagonism for the development of local, regional and national language policies regarding the International Decade of Indigenous Languages, which in Brazil is being coordinated by indigenous peoples from the five regions of the country and their organizations.

**Keywords:** Indigenous Language Policies; Indigenous People; International Decade of Indigenous Languages.

## 1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Estamos às portas da Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI 2022 a 2032) e parece-nos extremamente oportuno e urgente pensarmos sobre as políticas linguísticas para línguas indígenas no Brasil. A DILI é o resultado, a longo prazo, de um conjunto de medidas relativamente recentes que advém de convenções como a Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco (2005) e de inúmeras convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para garantia de direitos de minorias étnicas e linguísticas. A partir dessas convenções, as línguas minorizadas começam a ser incluídas nas agendas políticas visando a sua proteção e salvaguarda.

A DILI foi instituída na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2019, ao final do Ano Internacional das Línguas Indígenas, pela demanda dos povos indígenas da Bolívia, que compreenderam a importância de uma ação efetiva e contínua em prol do reconhecimento, da valorização e da manutenção das línguas indígenas no mundo. A partir dessa demanda legítima, provocada pelos povos indígenas bolivianos, foi elaborada em 2020, no México, a *Declaração de Los Pinos*<sup>4</sup>, que instituiu os fundamentos para a construção

---

<sup>4</sup> Informação disponível em: <https://es.unesco.org/news/declaracion-pinos-chapoltepek-sienta-bases-planificacion-global-del-decenio-internacional>.

de um Plano de Ação Global para a DILI e estabeleceu como princípio norteador a participação efetiva dos povos indígenas na tomada de decisão, consulta, planejamento e implementação, tendo como lema “Nada para nós sem nós”.

A partir do lema da DILI, compreendemos que há um chamado ancestral para o protagonismo e autonomia dos povos indígenas no Brasil para articularem as políticas linguísticas de base que já estão sendo realizadas e para constituírem, coletivamente, um plano de ação nacional pela vitalidade das línguas ancestrais.

Diante disso, este texto tem como objetivo central discutir o protagonismo indígena na DILI. A temática aqui discutida é desenvolvida a partir da perspectiva e de reflexões de três mulheres indígenas, componentes do Grupo de Trabalho (GT) Nacional da DILI, principais articuladoras das ações da DILI no Brasil. Inicialmente, tratamos do cenário sociolinguístico das línguas indígenas e das políticas indígenas em prol do fortalecimento dessas línguas. Em seguida, abordamos as concepções de língua/linguagem e de políticas linguísticas que têm orientado os projetos de revitalização e retomada e que são sua base epistemológica. Por fim, levantamos alguns apontamentos sobre a emergência do protagonismo indígena para a elaboração de políticas linguísticas locais, regionais e nacionais, com base no plano de ação elaborado pelo GT Nacional da DILI. Para tanto, tratamos dessa articulação que está sendo coordenada por indígenas e suas organizações, que já se mostra uma importante virada histórica que subverte a lógica hegemônica, eurocêntrica, de pensar projetos e ações “para” os/as minorizados/as.

## **2 O CENÁRIO SOCIOLINGUÍSTICO NO BRASIL E AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS INDÍGENAS EM CURSO**

No mundo há mais de seis mil línguas em diferentes processos de vitalidade, grande parte delas em acelerado processo de desaparecimento, principalmente, as línguas indígenas. No Brasil, segundo o IBGE (2012), são 274 línguas indígenas distribuídas pelas cinco regiões do país, além das línguas de imigração, das línguas de sinais (Libras e línguas de sinais próprias de alguns povos indígenas) e práticas linguísticas relacionadas às línguas africanas. Nesse sentido, a seguir, trazemos outras estimativas de línguas indígenas no Brasil apontadas por linguistas.

Essa diversidade linguística, ao longo de mais de 500 anos, não suscitou a construção de políticas linguísticas para o fortalecimento, a manutenção, retomada, revitalização e vitalização dessas línguas. Ao contrário, desde a política linguística pombalina, foram criadas políticas linguísticas de homogeneização e valorização da língua portuguesa em detrimento das línguas dos povos indígenas existentes no país.

Esse multilinguismo se dá de forma assimétrica, em que práticas linguísticas têm prestígios diferentes, o que implica um cenário sociolinguístico desigual. Há uma persistente invisibilização das línguas minorizadas, promovida, principalmente, pelo mito do monolinguismo. A diversidade linguística brasileira se situa dentro de um campo de contrastes e conflitos, de relações de poder, assimetrias, deslocamentos e desigualdades entre línguas. De outro modo, essa diversidade etnolinguística e cultural é marcada por diferentes grupos e etnias formados pelos povos indígenas, pelas comunidades de descendentes de imigrantes, pelas comunidades quilombolas, por comunidades de povos ciganos, pelos contextos fronteiriços, pelos refugiados de ingresso recente e, ainda, pelas comunidades surdas.

Rodrigues (1994) faz uma projeção de pelo menos 1175 línguas em 1500 no território brasileiro atual. Assim, a estimativa é que pelo menos mil línguas foram perdidas em cinco séculos. Anos depois, o autor considerou sua estimativa da diversidade linguística no Brasil um pouco conservadora, ao comparar com outros países da América, África e Ásia (RODRIGUES, 2002).

A situação sociolinguística atual no Brasil, em relação às línguas indígenas, de acordo com Moore (2011), é de 150 línguas segundo o critério da inteligibilidade mútua. A estimativa do autor conflita com os números, geralmente consensuados, que estimam entre 170 a 180 línguas indígenas sobreviventes no país. Conforme D'Angelis (2014), o número de línguas é pouco menos de 170 línguas resistentes, já que há alguns casos em que variedades dialetais de uma mesma língua estariam enquadradas como línguas diferentes, como, por exemplo: o Guarani e suas três *variedades*; o Baniwa e suas *variedades*; o conjunto de línguas incluídas na denominação geral *Timbira*. Considerar ou não essas práticas linguísticas como variedades de uma mesma língua ou como línguas distintas têm implicações que ultrapassam a denominação linguística e seus critérios para definir o que é língua ou que é dialeto, pois envolve razões culturais e políticas demandadas pelos falantes dessas línguas.

D'Angelis (2014) apresenta-nos uma classificação para a situação das línguas indígenas: 1) línguas vivas e plenamente ativas (fortes ou enfraquecidas); 2) línguas vivas, com perda de falantes (enfraquecida ou doente); 3) línguas vivas apenas nas gerações mais velhas (moribunda ou agonizante); 4) línguas mortas, com ou sem lembrantes (morta); 5) línguas desaparecidas (extinta).

De acordo com o Censo de 2010, divulgado em 2012, a população indígena brasileira soma 817.963 mil pessoas, 305 etnias e 274 línguas. Para Moore (2011), essa es-

timativa seria bem menor, cerca de 485.576 indígenas e 230 mil falantes de suas línguas originárias. No entanto, esse autor parece ignorar o fato de que a população indígena autoidentificada nas cidades cresceu, o número de povos indígenas que estão retomando suas identidades e línguas também têm crescido em vários lugares do país. Essa é uma das questões que suscitamos: a dificuldade em se reconhecer a legitimidade de povos que, mais recentemente, têm construído processos de retomada de suas ancestralidades. Diante das reivindicações pelo reconhecimento e reafirmação étnica, muitos povos têm construído ações para revitalizar e retomar suas línguas (BOMFIM, 2017; PURI; PURI; PURI, 2020; MEIRELLES, 2020; RUBIM, 2016).

O Atlas das Línguas do Mundo em Perigo, organizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), afirma que 45 línguas indígenas brasileiras são categorizadas como línguas em “situação crítica”; 19 línguas estão “seriamente em perigo”, os dois grupos somam 40% das línguas faladas no Brasil hoje (D’ANGELIS, 2014). A Unesco estabeleceu alguns critérios para avaliar a vitalidade linguística e, a partir deles, compreender os fatores que desencadeiam a perda de vitalidade até a extinção de línguas minorizadas.

O primeiro critério a ser ressaltado tem relação com o número de falantes dessas línguas. De acordo com D’Angelis (2014), no Brasil, 55 línguas (34,3%) contam com menos de 200 falantes, e 30 línguas (18,7%) contam entre 200 e 500 falantes. Isso equivale a 50% das línguas indígenas brasileiras que contabilizam menos de 500 falantes. No entanto, como aponta o autor, o critério quantitativo precisa ser tomado de forma relativa, visto que as línguas apresentam números de falantes que diferem do número total da etnia. Por exemplo, segundo o Censo do IBGE de 2010, a língua Trumai tinha 148 falantes, em uma população de 186 pessoas, correspondendo a 79% dessa população.

Além do número de falantes, precisa-se levar em consideração a distribuição dos falantes nas distintas faixas etárias da população geral, o que nos leva ao critério de transmissão intergeracional. Uma língua não ameaçada apresenta um quadro no qual todos os grupos etários interagem por meio da língua da comunidade; já em uma língua ameaçada, majoritariamente, os anciãos interagem por meio da língua ancestral da comunidade. Essa diferença se estabelece pelo grau de transmissão intergeracional, ou seja, crianças que não adquirem mais suas línguas ancestrais, pois seus pais também já não a dominam, e as práticas linguísticas ancestrais acabam ficando restritas aos mais velhos.

É imprescindível refletir que esse cenário retrata um longo processo no qual os espaços sociais de uso da língua ancestral são tomados, usurpados, pela glotopolítica, desigualdade e deslocamento de línguas. Por isso, as línguas minoritárias ou minorizadas não

são *abandonadas, substituídas*, pela majoritária, de forma não voluntária. Mesmo diante de tal cenário, os processos que buscam recuperar a vitalidade linguística ou, até mesmo, recuperar a língua que não tem mais falantes nas comunidades se multiplicam pelo país e pelo mundo. Parece que a globalização não realizou aquilo que se previa, que os prognósticos de extinção não se confirmaram, pois novos projetos de revitalização e retomadas de línguas ancestrais têm surgido e tido êxito em seus objetivos. Isso quer dizer que vários povos se reconstituem e fazem o “caminho de volta” às suas ancestralidades.

## **2.1 Revitalização e retomada de línguas ancestrais como políticas linguísticas indígenas**

O “caminho de volta”, ou a ação política que retoma, ressignifica e atualiza línguas e memórias ancestrais, reinscreve línguas ancestrais no cenário sociolinguístico por meio de ações de resistências dos povos indígenas. Compreendemos que a resistência, a insurgência social e política dos movimentos de valorização, revitalização e retomada de línguas indígenas no Brasil é parte de movimentos políticos que têm ecoado na América Latina, nas últimas décadas, diante da progressiva diminuição do uso das línguas indígenas e dos históricos deslocamentos de línguas e subalternização de línguas e culturas. Segundo Walsh (2009, p. 27), há uma “[...] emergência cada vez mais forte de propostas, agenciamentos e projetos que apontam para a descolonização”, enfocando questões sociopolíticas e epistêmicas, articuladas por movimentos afro e indígenas.

No campo da revitalização e retomada linguística, consideramos necessário distinguir revitalização de retomada, visto que nos parecem partir de situações sociolinguísticas diferentes. Há uma questão que vai além da nomenclatura e, mesmo que não se tenha consenso na definição ainda, defini-la tem reflexos nos projetos que podem ser desenvolvidos quanto ao levantamento dos objetivos e das ações que serão implementadas a partir de situações específicas, e isso quer dizer que demandas diferentes exigem respostas específicas (IVO, 2019).

Conforme Ivo (2019), a tipologia desses projetos pode se configurar a partir de três situações: a) comunidades bilíngues, mas com diferenças no prestígio da língua majoritária frente à língua indígena, o que deixa nítido as relações de poder e desigualdades entre as línguas; b) comunidades que “apresentam um quadro de significativa perda linguística”, no qual as línguas indígenas são faladas quase exclusivamente pelos anciãos/ãs; c) comunidades ditas monolíngues em português e que desejam retomar suas línguas ancestrais.

O termo “retomada” é usado para designar políticas indígenas que têm como objetivo reaver línguas destituídas, que não são mais faladas, mas de que se tem alguma memória ancestral ou registro escrito (BOMFIM, 2017; PURI; PURI; PURI, 2020; MEIRELLES, 2020). Para Bomfim (2017, p. 308), “[...] no processo de retomada, a língua vai voltando aos poucos, graças à memória de antigas práticas comunicativas vivenciadas”.

É fundamental enfatizar que nossa chave de leitura não tem relação nenhuma com concepções de língua enquanto “entidade acabada e imutável”, unidade homogênea – trataremos de concepções de língua/linguagem na próxima seção. Além disso, não interpreta a revitalização e retomada linguística na perspectiva da “preservação/retomada da língua indígena em seu ‘estado original de pureza’”, mas a “manutenção da continuidade – ou o retorno de seu uso em suas novas configurações estruturais, lexicais e discursivas” (MAHER, 2016, p. 64), pois, como aponta Luciano (2017), a língua indígena (assim como práticas linguísticas não-indígenas) está em “permanente construção”.

A partir da questão levantada por Maher (2016), não tomamos no campo da revitalização ou retomada línguas indígenas como entidades, unidades, que podem ser *resgatadas* de forma a reificá-las, essencializá-las, como, em alguma medida, esses termos podem sugerir. Desse modo, também não concebemos língua como produtora de identidades, em uma perspectiva essencialista como se fosse um “depositório ontológico” (MAHER, 2016) de etnicidade para não estabelecermos concepções que naturalizam a relação de língua e identidade, ou seja, tornando “natural” o que é de ordem sócio-histórica e relacional. Quando tratamos de identidade étnica, a etnicidade é profundamente interpretada de forma essencialista. Para Brubaker (2002), a etnicidade é um tipo de pertencimento que construímos, e é necessário romper com a perspectiva essencialista de concebê-la e compreender como os grupos se formam. A tendência de reificar a etnicidade e essencializá-la está relacionada com a noção de homogeneidade interna e com os limites externos que se dá aos grupos. Assim, por muito tempo, compreendeu-se os grupos étnicos como homogêneos, monolíticos e imutáveis. Contudo, Brubaker (2002) compreende os grupos como construídos, contingentes e flutuantes, onde a sua constituição se dá de forma processual e dinâmica.

A questão levantada por Maher (2016) não se refere aos aspectos fundamentais no que tange à função política das línguas indígenas, pois, de acordo com Luciano (2017), na conjuntura das lutas do movimento indígena no Brasil,

[...] o primeiro aspecto é o poder prático e simbólico que as línguas indígenas possuem entre os povos indígenas e na sociedade mais

ampla. As línguas indígenas são fundamentais nos processos de luta por reconhecimento e legitimação material da identidade étnica, que resultam em reconhecimento de direitos específicos. Além disso, as línguas indígenas proporcionam a autoestima dos indivíduos e grupos falantes, no contexto das alteridades e autonomias étnicas e linguísticas. (LUCIANO, 2017, p. 307).

Dessa maneira, os projetos de revitalização e retomada, ou outras designações que podem ser elaboradas pelos povos a partir do seu protagonismo, indicam ações políticas vinculadas ao reconhecimento, à legitimação, à autoestima. Tratam-se de políticas linguísticas indígenas.

Sobre retomadas de línguas indígenas, Pimentel da Silva (2017a, p. 217) afirma que a “pedagogia de retomadas” serve para trazer ao debate os saberes indígenas historicamente silenciados, ao favorecer “[...] a retomada de saberes apagados, escondidos em muitas memórias de sábios”. A “pedagogia das retomadas” parte de um debate central sobre os saberes indígenas historicamente silenciados e caminha na direção da superação da colonialidade do saber que hierarquizou os conhecimentos com base em um modelo eurocêntrico, tomado como universal.

A partir da superação dessa colonialidade do saber, Pimentel da Silva (2017b) define a retomada cultural e linguística como parte de um único processo de “reconstrução dos lugares epistêmicos”. A autora parte da análise do projeto de Educação e Cultura Indígena Maurehi, dos Karajá na aldeia de Buridina, Estado de Goiás, onde se busca elaborar modelos alternativos de política de retomada da Língua Karajá.

Assim, a retomada linguística se constitui nesse, e em outros processos, como exemplo de decolonização de saberes, recuperação de espaços culturais que estavam silenciados, adormecidos e que emergem no contexto de tomada de consciência do povo, de suas organizações políticas, na compreensão de que reconstruir os espaços de saberes é o caminho para a retomada de suas práticas linguísticas e culturais. Entre os Karajá de Buridina, o espaço do contador de história foi um espaço de interação que ainda continha traços da língua que eles não dominavam mais e são a reflexão de saberes especializados. Nesse sentido, Ivo (2019, p. 46) explica-nos que “[...] no caso das línguas que não têm mais falantes vivos, e cujo aprendizado pelos membros da comunidade depende do estudo de registros escritos, parece-nos mais adequado falar em retomada da língua ancestral, ou da língua dos antepassados”.

Observamos que os projetos de revitalização e retomadas de línguas indígenas, no Brasil, estabelecem-se a partir de memórias, discursos e práticas, rememorando e ressig-



nificando o passado para a construção do presente e do futuro dessas práticas linguísticas e culturais ancestrais. Nesse sentido, projetos como esses não estão desvinculados da realidade sociocultural, histórica, de reflexão sobre relações de poder, colonização, persistência de subalternidade.

Os projetos de revitalização e retomada de línguas indígenas protagonizados partem de uma perspectiva holística, orgânica e interdependente (LUCIANO, 2017), que concebem práticas linguísticas e as demais práticas que constituem os modos de vida desses povos como indissociáveis. Isto é, que esses projetos não se restringem a uma preocupação com a materialidade linguística apenas, já que esses agentes não dissociam as línguas indígenas de outras dimensões da vida de seus povos. Esses projetos, portanto, demandam a consideração dessa perspectiva integral de todos os seus atores e de dimensões diversas, já que língua e linguagem não estão só nas materialidades linguísticas. Segundo Maher (2010, p. 45, grifos da autora), “[...] de acordo com as representações dos professores indígenas acreanos, o que, de fato, interessa é o desenvolvimento de políticas linguísticas que acarretem a sobrevivência, não apenas de meras *materialidades linguísticas*, e sim, de *discursos indígenas*”.

Os projetos políticos de revitalização e retomada linguística, organizados por indígenas ou a partir das suas demandas, remetem ao caráter integral, a fim de não dissociar as dimensões da vida indígena, “[...] ocupar um lugar e uma função relevante na existência das pessoas e do grupo falante” (LUCIANO, 2017, 303). Para que isso se efetive, Luciano (*ibidem*) assevera que não é possível “[...] garantir a valorização concreta, ascendente e sustentável das línguas indígenas enquanto os povos indígenas, falantes dessas línguas, continuarem sendo considerados como contingente populacionais transitórios”<sup>5</sup>.

Os projetos que visam ao fortalecimento, à revitalização e à retomada de línguas indígenas são tomados aqui como parte de projetos de subversão do cenário sociolinguístico, como ações contra-hegemônicas que desestabilizam os deslocamentos linguísticos e o esfacelamento da diversidade linguística que atua em favor de uma homogeneização linguístico-cultural. Esse movimento contra-hegemônico também traz ao centro do debate as questões indígenas atuais e as ações políticas desses povos indígenas e suas organizações no enfrentamento dos deslocamentos linguísticos, do esfacelamento da diversidade linguística e das tentativas de desintegração étnica que pretendem seguir expropriando os povos indígenas e suas terras originárias.

---

<sup>5</sup> Para Luciano (2017), o sentido de transitório se refere à concepção de que os povos originários são povos do passado, atrasados culturalmente e que precisam transitar desse estado não civilizado para a civilização nos moldes eurocêntrico.

Há uma crescente emergência de projetos de revitalização e retomada de línguas ancestrais no Brasil e em outras partes da América Latina e do mundo em movimentos de valorização e retomadas étnicas. Segundo Maher (2016, p. 64), nas décadas de 1990 e 2000, houve uma:

[...] proliferação de projetos de educação escolar indígena que tinham por meta a inclusão de línguas indígenas nos currículos de modo a garantir ou i) a “manutenção” da língua maternas dos educandos, ou ii) a “revitalização” de uma língua indígena nos casos em que ela já não era mais usada como língua de comunicação<sup>6</sup>.

Em primeiro lugar, argumentamos que as experiências de fortalecimento, revitalização e retomada de línguas se constituem em projetos políticos de resistência e de defesa intransigente dos modos de vida e, fundamentalmente, de defesa da sobrevivência de seus povos. Dessa maneira, há uma crescente consciência da importância política de projetos de revitalização e retomada de línguas indígenas. Nesse contexto, o Movimento Indígena brasileiro foi fundamental na “formação da consciência para a luta social” (BICALHO, 2010, p. 25), o que fortalece e equilibra o movimento.

Nessa caminhada de mobilização indígena e de articulação política dos povos e suas organizações diante dessas experiências, estão inúmeras instituições e organizações que foram se consolidando como parceiros/as dos projetos políticos dos povos indígenas. Quando não são protagonizados exclusivamente pelos povos indígenas, os projetos de revitalização e retomada linguística têm contado com pesquisadores/as, vinculados/as a universidades e outros centros de pesquisa, servidores/as públicos ligados a secretarias de educação e a Fundação Nacional do Índio (Funai). Aqui, levantamos experiências de parcerias colaborativas, horizontalizadas, e que têm como princípio a produção de conhecimento coletivo e democrático. Apresentamos, então, três projetos a respeito de três línguas indígenas: a língua Karajá, na aldeia Buridina, em Goiás; a língua Atxohã, na Bahia; e a língua Paumari, no Amazonas.

A primeira experiência apoiada pela Funai foi o “Projeto de Educação e Cultura Mauheri”, do povo Karajá, na aldeia Buridina, em Aruanã, Goiás, em 1994. Segundo Gobbi e Ramos (2020), essa iniciativa é uma das precursoras na revitalização de línguas indígenas no Brasil. O projeto tinha como objetivo a revitalização de língua e cultura Karajá, a documentação de práticas linguísticas e de saberes, no intuito de melhorar a

---

<sup>6</sup> O Grupo de Trabalho Nacional para DILI está realizando um levantamento de ações de fortalecimento, revitalização e retomada de línguas indígenas no Brasil. Em breve, divulgaremos dados mais concretos sobre as ações que Maher (2016) se refere.

vida desse povo, e era uma ação conjunta da Universidade Federal de Goiás, Secretaria de Educação de Goiás e Funai (GOBBI; RAMOS, 2020).

De acordo com Pimentel da Silva (2009, 2017a, 2017b), a iniciativa em Buridina é marcada pela preocupação com a transmissão de conhecimentos às gerações mais jovens, visando à “[...] reconstrução dos lugares de narrar histórias, de produzir artesanato, de fazer os grafismos e as pinturas, de aprender e praticar as danças, de cantar” (SILVA, 2017a, p. 237), e perpassa pela memória coletiva e “[...] reconstrução dos lugares epistêmicos. Os intelectuais indígenas preferem chamá-lo de “retomada cultural, de renascimento cultural, de atualização cultural” (SILVA, 2017a, p. 236).

Esse projeto está fundamentado na perspectiva de “conexão de saberes” e da indissociabilidade de conhecimentos nas epistemologias indígenas, que, conforme Pimentel da Silva (2017a, 2017b), emerge a partir da “tomada de consciência” da subalternização e do silenciamento das suas epistemes.

A segunda experiência diz respeito à língua dos Pataxó, povo localizado no estado da Bahia, denominada de Patxohã, que significa “língua de guerreiro” (BOMFIM, 2017). Em 1998, um grupo de jovens Pataxó elaborou o “Projeto de Pesquisa e Documentação da Cultura e Língua Pataxó”, com o objetivo de reaprender a língua e fortalecer a cultura de seu povo (BOMFIM, 2017). A pesquisadora indígena Anari Bomfim (2017), que tem documentado esse processo de retomada de sua língua ancestral, afirma que se trata de um processo que envolve a autoafirmação Pataxó e a retomada de seus territórios originários. Na perspectiva dos Pataxó, a retomada da língua está intrinsecamente relacionada à retomada dos territórios.

É importante destacar que a língua dos Pataxó havia sido declarada extinta em meados do século passado. No entanto, para esse povo ela “[...] sobreviveu apenas na memória dos mais velhos, no uso cotidiano de palavras e nos cantos” (BOMFIM, 2017, p. 307). Conforme Bomfim (2017, p. 305), “a língua patxohã representa um processo dinâmico, coletivo, que atravessou a história e a luta do povo pataxó, durante mais de quinhentos anos e que, agora, é retomado”.

A articulação e mobilização dos Pataxó tem se constituído em um esforço coletivo e colaborativo que envolve os/as professores/as e pesquisadores/as indígenas, as lideranças e aldeias Pataxó. Ao longo desses anos, a pesquisa desenvolvida por esse grupo de pesquisadores/as indígenas se debruça sobre registros históricos e memórias dos/as anciãos/ãs. Esse projeto tem possibilitado o desenvolvimento de produções escritas, tais como a elaboração de uma gramática e de registros de novas palavras. De acordo com a autora, de um vocabulário inicial de 200 palavras, passou-se a 2500 palavras.

A retomada do Patxohã se apresenta como uma ação protagonizada pelo próprio povo, a partir de suas demandas e seus objetivos discutidos coletivamente, que incide sobre o fortalecimento político, cultural, enquanto coletividades indígenas, além de contribuir com a formação de professores/as pesquisadores/as. Esse grupo tem organizado encontros anuais, no intuito de fortalecer, articular e formar pesquisadores/as indígenas e professores/as em parceria com as secretarias de educação. Nessa conjuntura, a constituição de um grupo de pesquisadores/as do próprio povo tem garantido a consolidação de suas ações de retomadas e a construção de políticas linguísticas.

A terceira experiência é do estado do Amazonas e trata-se do “Projeto Sou Bilíngue Intercultural”, dos povos Paumari, idealizado pelo professor indígena Edilson Paumari, o qual foi apresentado à Coordenação Regional da Funai no Médio Purus, em 2011, a partir da percepção, dos próprios indígenas, da diminuição do uso das línguas indígenas (GOBBI; RAMOS, 2020). Inicialmente, o projeto previa atividades de ensino dessas duas línguas na Escola Municipal Francisca Gomes Mendes, na cidade de Lábrea (próxima da terra indígena Paumari), frequentada também por estudantes indígenas.

Dessa iniciativa inicial, outras foram sendo articuladas dentro desse projeto. Inicialmente, conseguiram a contratação dos professores indígenas pela Secretaria Municipal de Educação de Lábrea (AM) e, em seguida, ampliaram o projeto em outras ações, tal como o Campeonato da Língua Paumari. Essa iniciativa tem ancorado ações de revitalização de mitos, narrativas, contribuindo com o estreitamento do diálogo entre gerações (GOBBI; RAMOS, 2020).

### **3 CONCEPÇÕES DE LÍNGUA/LINGUAGEM: BASE EPISTEMOLÓGICA PARA AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA DILI**

Nesta seção, abordamos um conjunto de concepções sobre língua/linguagem que são a base epistemológica de projetos de revitalização e retomada linguística conduzidos pelos povos indígenas no Brasil e que também fundamentam o plano de ação da DILI. Fundamentamos a construção de ações para a DILI tendo como base um conjunto de princípios, tais como coletividade, compromisso, responsabilidade, unidade, solidariedade, respeito e cooperação, considerando as cosmovisões dos povos indígenas, que estruturaram a construção do plano de ação da DILI no Brasil.

Nas epistemologias indígenas, a língua está associada ao território, à espiritualidade, ao bem viver dos povos. A língua é a memória dos povos indígenas, é cultura, história de luta e resistência, é identidade coletiva e expressa conhecimentos ancestrais, milenares.

Na aldeia ou no universo urbano, a relação entre língua e território deve ser considerada em qualquer construção e implementação de políticas linguísticas. Essas relações vêm ao encontro da importante compreensão de que sem a garantia da demarcação dos territórios e dos modos de vida próprios dos povos indígenas, constantemente ameaçados pelo Estado brasileiro, não podemos avançar muito nos projetos de revitalização e retomada de línguas indígenas. Isso quer dizer que consideramos fundamental relacionarmos as políticas linguísticas com as concepções de língua/linguagem dos povos indígenas e, para isso, levantamos um conjunto de concepções de língua/linguagem produzidas pelos povos indígenas e seus intelectuais<sup>7</sup>, a partir de um caráter holístico, orgânico e interdependente de natureza e do cosmo (LUCIANO, 2017), também denominado de *Bem Viver*<sup>8</sup>.

A discussão aqui insere outras epistemologias sobre língua/linguagem produzidas por indígenas a partir de um princípio fundamental dentro das epistemologias indígenas: a integralidade da vida, Bem-Viver ou comunalidade. É uma política de vida e expressa outras concepções, experiências e práticas que orientam para a desconstrução da matriz colonial do sistema mundo moderno-colonial<sup>9</sup>, generalizante e hierarquizante, que desconsiderou a diversidade epistêmica, cultural, ecológica e política. Trata-se de uma perspectiva crítica e emancipadora, considerando que “[...] é hora de dizer, de construir espaços onde as vozes silenciadas podem falar da resistência e energias investidas no propósito vital para construir uma boa vida no planeta”<sup>10</sup> (PAREDES, 2013, p. 37, tradução nossa). Diante disso, propõe-se como um horizonte radical que rompe com violências históricas do colonialismo e de suas epistemologias na América Latina com base em uma perspectiva indígena e decolonial.

<sup>7</sup> Adotamos aqui uma concepção política desse termo, referindo-nos não somente aos indígenas com formação acadêmica ou àqueles/as que recentemente têm produzido textos escritos, publicado livros ou que estão na academia, mas também aos sábios(as), pajés, contadores de história, professores/as, líderes e ativistas. São todos(as) aqueles/as que têm compreendido seu papel e protagonizado, ao lado de seus povos e organizações, a luta indígena na defesa intransigente de seus povos e seus modos de vida.

<sup>8</sup> No âmbito da sociologia e da filosofia latino-americanas, o Bem-Viver visa, principalmente, romper e ser uma alternativa ao desenvolvimento e a todos os seus múltiplos significados (ACOSTA, 2016). São expoentes do Bem-Viver Alberto Acosta (Equador) e Silvia Cusicanqui (Bolívia). O Bem-viver (*buen vivir/vivir bien*), *sumak kawsay* em quéchua e *aymara*, é uma política de vida, “[...] é essencialmente um processo proveniente da matriz comunitária dos povos que vivem em harmonia com a natureza” (ACOSTA, 2016, p. 24). É um esforço em compilar conceitos, experiências e práticas existentes nos Andes, na Amazônia e em outros lugares da América e do planeta. Como política de vida, o Bem-Viver recupera o comunitário – reciprocidade – e restaura a relação com a natureza, ou seja, a integralidade e complementariedade com ela. É necessário frisarmos que não argumentamos que essas concepções sejam elaboradas unicamente dentro de cosmologias indígenas, por isso não consideramos essas epistemologias como a integralidade da vida, reciprocidade e solidariedade restritas às epistemologias indígenas. Há outras comunidades e movimentos que também elaboram tais perspectivas.

<sup>9</sup> Aníbal Quijano, por sua vez, propôs a ideia de um mundo moderno-colonial. Assim, do diálogo entre eles é originado o conceito *sistema-mundo moderno-colonial* (MIGNOLO, 2005).

<sup>10</sup> “Es tiempo decimos, de construir espacios donde voces silenciadas puedan hablar de las resistencias y energías invertidas en el propósito vital de construir un vivir bien en el planeta” (PAREDES, 2013, p. 37).

Para Munduruku (2009a, p. 47-48), nas filosofias indígenas “[...] não há uma divisão entre as realidades que podem ou não ser percebidas pelo indivíduo pertencente à sociedade indígena. Tudo está no grande círculo e faz parte de uma teia tramada pela vida de cada um e de todos”. Isso nos conduz para duas questões fundamentais que implicam as epistemologias sobre língua(gem): a existência de um “sistema de comunicação cósmica” e a indissociabilidade de conhecimentos, valores e práticas (LUCIANO, 2017).

Krenak (2019), no seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo*, afirma que os sentidos das coisas no mundo não são construídos apenas pelos humanos, mas também pelo rio, pela montanha. Nos perspectivismos indígenas, não parece ser possível despersonalizar o rio e a montanha, por exemplo, pois quando tiramos deles os sentidos, restringindo esses atributos apenas aos humanos, esses lugares passam a ser “[...] resíduos da atividade industrial e extrativista” (KRENAK, 2019, n.p.).

Kopenawa e Bruce (2015), líder e xamã Yanomami, explica que, na epistemologia de seu povo, há uma comunicação estabelecida entre os *xapiri*, espíritos protetores e que transmitem ensinamentos aos Yanomami. A palavra dos *xapiri* é de *Omana*<sup>11</sup>. Os xamãs são os responsáveis por ouvir as palavras dos *xapiri*, enxergar o mundo pelos seus olhos e repassar seus conhecimentos. O xamã reafirma que se

[...] hoje a voz dos *xapiri* fosse silenciada, o pensamento dos que viverão depois de nós iria se encher de esquecimento. Não podendo mais virar espírito, iriam viver à toa. Não seriam mais capazes de cuidar dos doentes, nem de evitar que a floresta recaia no caos, nem de conter a queda do céu. Se esquecer os *xapiri* e seus cantos, vamos perder também a nossa língua. No fundo de nós, vamos virar estrangeiros. (KOPENAWA; BRUCE, 2015, p. 506, grifo dos autores).

De maneira complementar, Luciano (2017, p. 296) argumenta que a linguagem para os Baniwa é:

[...] o meio pelo qual se comunica com outros seres do mundo e com o próprio mundo; uma vez que, para eles, a comunicação entre os seres é o segredo para o equilíbrio do mundo cósmico. Escassez de caça, por exemplo, pode ser resultado de uma falta ou uma ineficiência de comunicação entre os pajés e os espíritos superiores das caças. Mas essa comunicação com o universo não é exclusividade dos pajés. Todos os humanos, segundo as cosmologias indígenas, devem permanentemente manter essa comunicação. A comunicação, a linguagem e o diálogo são, portanto, essencialmente da ordem do espiritual e transcendental.

---

<sup>11</sup> É o espírito ancestral, criou e sustenta a terra, “[...] soube criar a floresta, as montanhas e os rios, os céus e o sol, a lua e as estrelas. Foi ele que, no primeiro tempo, nos deu a existência e estabeleceu nossos costumes” (KOPENAWA; BRUCE, 2015, p. 70).

Segundo os Baniwa, esse sistema de comunicação cósmico envolve humanos, vivos ou mortos, não humanos e a natureza. Outro aspecto importante a enfatizar nesse sistema é como a harmonia entre eles depende da “boa comunicação” (LUCIANO, 2017). Ou seja, nessas perspectivas,

[...] o mundo é resultado do protocolo de comunicação entre todos os seres, criadores e criaturas, cuja linguagem mais proeminente é a de símbolos ou sinais (fenômenos). Desse modo, aos sábios que dominam a totalidade do sistema de comunicação cósmica, nada pode ser escondido, desconhecido ou secreto. A natureza sempre se manifesta por sinais e por eventos, que aos sábios pajés cabe interpretá-los, revelá-los e manejá-los. (LUCIANO, 2017, p. 296).

Nesse sentido, práticas de espiritualidade, como a pajelança e o xamanismo, configuram-se como “[...] processos de (re)estabelecimento de comunicação” (LUCIANO, 2017, p. 299). Esse sistema de comunicação cósmico prevê uma mediação especializada, em algumas situações. Para Kopenawa e Bruce (2015), por exemplo, é por meio dos xamãs que se estabelece a interação com os *xapiri* e *Omana*, é em momentos de uso do pó de *yãkoana*, que eles conseguem ouvir os ensinamentos fundamentais para a vida de seu povo.

Nesse sistema de comunicação cósmica, é necessário interpretar esses conhecimentos e interações. Para os Yanomami e Baniwa, essa mediação é desempenhada pelos xamãs/pajés. Sobre a interpretação dos sinais manifestados pela natureza, Munduruku (2009b, p. 1) afirma que aprender a ler os “[...] sinais da natureza, sinais que estão presentes na floresta e que são necessários saber para poder nela sobreviver” é fundamental na epistemologia Munduruku, a qual foi aprendida com seu avô. Para ele, a voz da natureza, dos que a compõem, traz notícias sobre os lugares distantes, sobre o futuro e o presente, sobre como organizar a vida.

Conforme o autor, a concepção de linguagem abrange a leitura da natureza e de seus sinais. Ao contar como seu avô o ensinava a ler, postula que a sabedoria das sociedades indígenas “[...] está além da compreensão dos homens e das mulheres da cidade” (MUNDURUKU, 2009b, n.p.), não apenas por serem de sociedades diferentes, mas porque desenvolveram “[...] uma leitura do mundo que sempre dispensou a escrita, pois entendiam que o próprio mundo desenvolveu um código que precisa ser compreendido” (MUNDURUKU, 2009b, n.p.).

Retomando Luciano (2017, p. 298), “[...] língua, sociedade e natureza estão intrinsecamente [*sic*] relacionadas, o que, numa perspectiva sócio-histórica, possibilita uma

permanente e dinâmica relação cósmica dialógica”. Essa construção dialógica e dialética dos seres criadores e criaturas é um processo contínuo de comunicação.

Luciano (2017, p. 299) enfatiza a

[...] importância vital e simbólica da língua para os povos indígenas, por meio da qual estabelecem as conexões com a natureza e com o mundo. Assim, sendo, a língua é um fenômeno de comunicação cósmica, de vital importância na relação recíproca entre sociedades humanas e seres não humanos da natureza.

Como sistemas de comunicação cósmica, as línguas têm não somente funções sociais, mas também transcendentais (LUCIANO, 2017). O caráter cósmico propicia a conexão e a comunicação com os mundos existentes e tem o papel de expressar e organizar cosmologias, epistemologias, racionalidades, temporalidades, valores e espiritualidade. De acordo com o autor, por meio dessa capacidade transcendental de comunicação, os/as indígenas podem exercer seu papel de mediação entre os seres da natureza através de outras formas de linguagem, como os cantos, os rituais, as cerimônias etc.

Outra questão é a relação de reciprocidade. Na perspectiva das epistemes indígenas, “[...] todas as formas de linguagem envolvem os seres não humanos, numa perspectiva de respeito e reciprocidade” (LUCIANO, 2017, p. 301). Essa relação, por sua vez, proporciona o equilíbrio e a harmonia, “[...] de reconhecimento e respeito por parte dos indígenas à alteridade, à autonomia e agencialidade da natureza e de todos os seres existentes no mundo” (LUCIANO, 2017, p. 301). Ao mesmo tempo,

[...] essa interdependência cósmica, própria das cosmologias, ontologias, epistemologias indígenas evidencia o imperativo cosmopolítico da linguagem e da comunicação entre todos os seres coabitantes do planeta e do mundo. Em consequência dessa cosmovisão pensar a sustentabilidade da vida, do planeta e do mundo exige considerar todos os sujeitos humanos e não humanos, materiais e imateriais existentes. (LUCIANO, 2017, p. 307).

A perspectiva da natureza integral da vida – forma holística, orgânica e interdependente – é fruto de como as epistemologias indígenas conectam conhecimentos e práticas, não os distinguem ou os separam como as epistemologias ocidentais hegemônicas, marcadas pela disciplinarização e pelo pensamento cartesiano que fixa diferenças binárias como homem/natureza, por exemplo. As espiritualidades, princípios e sistemas de vida estão interligados e são indissociáveis nessas lógicas indígenas.



Nessas epistemes, o conceito de língua(gem) transcende a concepção de ferramenta de comunicação e sistemas de interação social entre os humanos. Segundo Luciano (2017, p. 298),

[...] diferentemente do pensamento evolucionista, os povos indígenas concebem as línguas como parte inerente ao processo original de criação. A capacidade de construir uma língua é um dom recebido no processo de criação do mundo. Cada povo recebeu, em potência, uma língua de comunicação. Mas a língua indígena é patrimônio em permanente construção, manutenção, mudança, aperfeiçoamento, atualização e complementação.

A relação entre língua e natureza, língua e cosmo, língua e território, língua e espiritualidade, constitui-se em um tipo de epistemologia onde conhecimentos são amalgamados e indissociáveis da vida que os gera, mas em movimento. Em outra medida, essas epistemes, veiculadas por meio das práticas discursivas dos intelectuais que tomamos aqui, evidenciam um aprendizado coletivo e oral das línguas, vivenciado em espaços da coletividade, não só entre humanos. A expressão de uma concepção ontológica de coletividade humana, o pertencimento a um povo e, por conseguinte, a interdependência com a natureza, o território, articula e dá sentido à ideia de unidade com esses outros seres “coabitantes”, como argumenta Luciano (2017).

Diante desse conjunto de epistemes indígenas sobre língua/linguagem, consideramos que as políticas linguísticas devem ser formuladas e institucionalizadas juntamente com os povos indígenas e que é indispensável que se leve em consideração essa base epistemológica na elaboração de políticas públicas para as sociedades indígenas.

#### **4 O PROTAGONISMO INDÍGENA NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA DILI**

A partir do lema da DILI, “Nada para nós sem nós”, compreendemos que há um chamado ancestral para o protagonismo dos povos indígenas nessa década. Nesse sentido, autonomia e protagonismo são os princípios que têm nos guiado na articulação política que abrange indígenas, organizações indígenas e não indígenas, governamentais e científicas, que estão envolvidas com ações de fortalecimento, revitalização e retomada de línguas ancestrais no território brasileiro.

Silva e Vaz Filho (2020) argumentam que estamos em um momento que exige o protagonismo do Movimento Indígena e suas organizações na pauta das línguas originárias e de políticas linguísticas para seu fortalecimento. Desse modo, há uma autoconvoca-

ção para “[...] aglutinar as lutas dos povos indígenas, com toda a sua diversidade: línguas, cosmologias, práticas culturais e formas de organização” (SILVA; VAZ FILHO, 2020, p. 240).

Retomando o que já discutimos na primeira seção, a luta pelos territórios está intrinsecamente relacionada à sobrevivência dos modos indígenas de ser, pensar, sentir e viver no mundo, por isso a preservação de suas terras significa a vitalidade de seus modos de vida, suas culturas e suas línguas. No entanto, o cenário de ameaças históricas à vida dos povos indígenas, que parte de uma política de extermínio implementada pelo grande capital e pelos próprios aparelhos de Estado, mostra-se um grande desafio para os povos indígenas. Conforme Silva e Vaz Filho (2020, p. 241),

Está posto ao movimento um enorme desafio que é a possibilidade da conjugação das lutas pelo território e com a luta pela sobrevivência de suas línguas e culturas, que são duas faces da mesma luta (MELIÀ, 1997). Nessa perspectiva da integralidade da vida desses povos, do Bem Viver, não se pode distinguir a luta pelos territórios da luta pela sobrevivência cultural, linguística.

A recém-criada Rede de Pesquisadores/as Indígenas de Línguas Ancestrais<sup>12</sup>, no ano de 2021, e o Grupo de Trabalho Nacional para a DILI no Brasil são exemplos de um novo modo de organização política em prol das línguas indígenas, que têm discutido os meios necessários para a valorização e o reconhecimento das políticas linguísticas que já existem nas bases e a criação de políticas de Estado para o fortalecimento e a defesa da diversidade linguística no que se refere às línguas indígenas.

Trata-se da articulação de ações que já estão sendo realizadas, precisam de ser visibilizadas, apoiadas, financiadas, e que devem estar em rede. Assim, consideramos ser possível se consolidar a construção de políticas linguísticas para línguas indígenas por meio da autonomia e do protagonismo dos povos indígenas e pela horizontalidade nas discussões com entidades governamentais, indigenistas, científicas etc.

As primeiras articulações para a construção de um grupo de trabalho da DILI no Brasil se iniciaram por meio dessa rede de pesquisadores e pesquisadoras indígenas. Tomando como exemplo outros países da América Latina, os povos indígenas do Brasil se apresentam como protagonistas para a DILI desde a organização política até a elabo-

---

<sup>12</sup> Essa organização ainda está em processo de consolidação. Fazem parte dessa rede a autora deste artigo, bem como outros linguistas/educadores/estudantes indígenas de algumas regiões do país. Não há ainda uma sede física e todos os encontros já realizados foram feitos virtualmente por conta da pandemia de Covid-19.

ração de um plano de ação<sup>13</sup>. O Grupo de Trabalho Nacional<sup>14</sup> para a DILI se divide em dois GTs, a saber: Línguas Indígenas e Português Indígena, os quais elaboraram o plano de ação que fundamentarão essa agenda no país. De maneira geral, o plano de ação reúne as propostas e os anseios dos povos indígenas brasileiros e dos diferentes agentes engajados com os direitos linguísticos desses povos, voltados à promoção, à valorização, ao reconhecimento, à difusão e à vitalização das línguas indígenas brasileiras.

No plano de ação da DILI, as políticas linguísticas são concebidas para além de um conjunto de atos, diretrizes, normas e regras, pois consideramos que devem ser consideradas as condições sociais, econômicas, ambientais e de saúde dos falantes indígenas. Essas relações constituem as políticas linguísticas que almejamos construir na DILI e se baseiam nas epistemologias indígenas, no modo como os povos indígenas brasileiros pensam suas línguas, culturas, modos de ser, pensar e sentir.

A elaboração de políticas públicas para as línguas indígenas precisa considerar que já existem políticas linguísticas indígenas em curso, desenvolvidas pelas próprias comunidades. Além disso, necessitam ser reconhecidas e apoiadas financeiramente, com recursos humanos e tecnológicos, nos âmbitos municipal, estadual e federal, bem como contar com o apoio de instituições de pesquisa e ensino e de organizações não governamentais nas ações de fortalecimento e vitalização de línguas ancestrais.

Para a pesquisadora indígena Txama Puri,

[...] no contexto dos povos indígenas, quando a gente fala de políticas indígenas, isso diz respeito a um enfrentamento a um processo histórico de ameaças de identidades. Quando nós falamos em políticas linguísticas indígenas, a gente também está falando de saúde, educação, territórios indígenas, que preservar, fortalecer e retomar as nossas línguas originárias é também atuar na garantia do amanhã dos nossos povos<sup>15</sup>.

Com esse mesmo entendimento da existência de políticas linguísticas indígenas, o plano de ação estabelece como alguns dos seus objetivos o reconhecimento e a pro-

<sup>13</sup> O plano de ação da DILI no Brasil foi elaborado no ano de 2021 de forma colaborativa pelo Grupo de Trabalho Nacional da Década.

<sup>14</sup> O GT do Brasil está constituído de uma equipe executiva composta por representantes indígenas de cada região do Brasil e de organizações indígenas, a saber: Articulação do Povos Indígenas do Brasil (APIB), Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e Rede de Pesquisadores Indígenas de Línguas Ancestrais. A Equipe Executiva do GT coordena as ações e dialoga diretamente com a Unesco. Compõe também o GT um conjunto de parceiros, como: instituições governamentais e não governamentais, entidades indigenistas e científicas.

<sup>15</sup> Essa fala foi feita na *live* de lançamento da Década Internacional das Línguas Indígenas no Brasil, realizada no dia 18 de agosto de 2021. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=3LQvQtyeRW0&t=1322s>. Acesso em: 18 ago. 2021.

moção das políticas linguísticas indígenas, e o estabelecimento de diálogos com instituições para promoção dessas políticas. Nessa direção, o plano de ação propõe a criação de um Instituto Indígena de Políticas Linguísticas, no âmbito governamental (municipal, estadual e federal), coordenado pelos povos indígenas, cujos objetivos são a proposição, o planejamento e a execução de políticas linguísticas, a discussão de bases legais para a criação, regulamentação e implementação de políticas linguísticas, que tenham as cosmovisões indígenas como base epistemológica.

Outro conjunto de objetivos do plano de ação da DILI diz respeito à proposição, formulação e condução de programas de fortalecimento, revitalização e retomada de línguas indígenas, tanto das línguas que estão em maior ameaça de desaparecimento quanto as que apresentam maior vitalidade. Nesse sentido, está previsto propor e promover ações para ampliação dos espaços institucionais e âmbitos de reconhecimento das línguas indígenas, incluindo ações de formação de intérpretes e tradutores para garantia de direitos linguísticos dos povos indígenas, além de fortalecer as linhas de financiamento de produção e publicação de materiais didáticos, físicos e digitais, de interesse dos povos indígenas.

O documento elaborado também prevê um conjunto de ações, das quais destacamos: instar os distintos poderes do Estado Brasileiro a destinar recursos orçamentários para a implementação das ações relacionadas à DILI, pela União, estados e municípios; mobilizar as comunidades indígenas para o engajamento e execução das ações da DILI; sensibilizar a sociedade envolvente para o reconhecimento da diversidade linguística e cultural dos povos indígenas; propor cursos de formação de intérpretes indígenas bilíngues em parceria com as instituições governamentais e não governamentais; articular, junto às instituições governamentais e não governamentais, apoio técnico e financeiro para a elaboração de materiais qualificados de natureza didática, paradidática e artística, em diferentes formatos.

Outra ação que consideramos fundamental para a construção de políticas linguísticas é o levantamento da situação sociolinguística das línguas indígenas brasileiras, a fim de mapear e conhecer os diferentes níveis de vitalidade linguística para o desenvolvimento de ações coordenadas e interinstitucionais visando ao fortalecimento, à documentação e à salvaguarda. Esse levantamento sociolinguístico é fundamental, pois por meio dele conseguiremos ter a dimensão da diversidade linguística atual, da vitalidade linguística e das diferentes realidades sociolinguísticas. Para isso, precisaremos de um instrumento

que se oriente pelo guia do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)<sup>16</sup> e que nos forneça um panorama atualizado não só da vitalidade linguística, mas também mapeie as ações que já têm sido desenvolvidas pelos povos na defesa de suas línguas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que a DILI é um momento de articulação de ações que já acontecem em vários lugares, de colocarmos essas ações em rede e de construirmos políticas linguísticas para as línguas indígenas brasileiras formuladas por indígenas. É o momento de construirmos um espaço colaborativo, conectar projetos de fortalecimento, revitalização e retomada, tanto aqueles protagonizados pelos próprios povos quanto aqueles que são construídos em parceria ou dirigidos por organizações não indígenas. Nesse sentido, pretendemos, durante a DILI, visibilizá-las, apoiá-las e encontrar meios para financiá-las.

A DILI mostra-se um momento fundamental para a instituição de uma Política Linguística Indígena. É a oportunidade de os povos indígenas serem protagonistas de sua história, de suas políticas e participarem efetivamente da tomada de decisão, do planejamento e da implementação de políticas para suas línguas. Por isso, a discussão que fazemos neste texto enfatiza o protagonismo e a autonomia dos povos indígenas na coordenação da DILI. Essa lição aprendemos nas obras de Paulo Freire, tal como no livro *Pedagogia do oprimido*, no qual somos interpelados sobre a necessidade de não se falar em nome do povo, mas com ele. Para o autor, é inexorável a compreensão de que precisamos ouvir mais – o respeito à alteridade é algo fundamental na obra freireana.

No espírito do movimento de mulheres indígenas no Brasil, declarado no manifesto “Reflorestarmentes”<sup>17</sup>, lançado na II Marcha das Mulheres Indígenas, a DILI no Brasil apresenta-se como um grande chamado ancestral para construirmos um novo tempo para as línguas indígenas brasileiras: fortalecendo nosso espírito, nossa ancestralidade, nosso território, nossa língua.

Diante de um Estado que não tem políticas linguísticas para as línguas indígenas e nenhuma outra língua minoritária, a DILI parece-nos o momento estratégico de unirmos forças nacionalmente, articularmos outros indígenas, suas organizações e parceiros para trabalharmos coletiva e colaborativamente e cobrarmos do Estado brasileiro uma política

---

<sup>16</sup> Em 2010, o Decreto federal nº 7.387 instituiu o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), que é “[...] um instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2010).

<sup>17</sup> O projeto “Reflorestarmentes” está disponível em: <https://anmiga.org/manifesto-reflorestarmentes-reflorestarmentes-de-sonhos-afetos-soma-solidariedade-ancestralidade-coletividade-e-historia/>. Acesso em: 10 set. 2021.

linguística formulada e institucionalizada juntamente com os povos indígenas, considerando que já existem políticas linguísticas de base que devem ser reconhecidas e apoiadas para o fortalecimento e vitalização das línguas indígenas.

## Referências

ACOSTA, Alberto. *Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Elefante, 2016.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. *O protagonismo indígena no Brasil: movimento, cidadania e direitos (1970 - 2009)*. 2010. 468 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

BOMFIM, Anari Braz. Patxohã: a retomada da língua do povo Pataxó. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 303-327, jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.387, 9 de dezembro de 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 10 dez. 2010.

BRUBAKER, Rogers. Ethnicity without Groups. *Archives Européennes de Sociologie*, Cambridge, v. 43, n. 2, p. 163-189, 2002.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Línguas Indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam. In BOMFIM, Anari Braz Bomfim; DA COSTA, Francisco Vanderlei F. (Org.), *Revitalização de língua indígena e educação escolar indígena inclusiva*. Salvador: EGBA, 2014. p. 93-117.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 58 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GOBBI, Izabel; RAMOS, André Raimundo Ferreira. A língua como movimento de reexistir: a atuação da Funai em iniciativas de valorização e revitalização de línguas indígenas. In D'ANGELIS, Wilmar da Rocha; NOBRE, Domingos Barros. *Experiências Brasileiras em Revitalização de Línguas Indígenas*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2020. p. 47-84.

IBGE. *Censo Demográfico 2010 – Características gerais dos indígenas*. Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IVO, Ivana Pereira. Revitalização de línguas indígenas: do que estamos falando? In D'ANGELIS, Wilmar da Rocha (Org.). *Revitalização de línguas indígenas: o que é? Como fazer?* Campinas, SP: Curt Nimuendajú: Kamuri, 2019, p. 43-63.

KOPENAWA, Davi; BRUCE, Albert. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução de Beatriz Perro-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 26, n. 62, p. 295-310, maio/ago., 2017.

MAHER, Terezinha de Jesus Machado. Políticas linguísticas e políticas de identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira. *Currículo sem fronteiras*, S. l. v. 10, n. 1, p. 33-48, jan./jun., 2010.

MAHER, Terezinha de Jesus Machado. Sendo índio na cidade: mobilidade, repertório linguístico e tecnologias. *Revista da Anpoll*, Londrina, PR, n. 40, p. 58-69, 2016.

MEIRELLES, Sâmela Ramos da Silva. *A reinscrição de uma língua destituída: o Nheengatu no Baixo Tapajós*. 2020. 267 f. Tese (Doutorado em Linguística) –, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2020.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 33-49.

MOORE, Denny. As línguas indígenas no Brasil hoje. In. MELLO, H.; ALTENHOFEN, C.; RASO T. (Org.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011. p. 217-240.

MUNDURUKU, Daniel. *O banquete dos deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Global, 2009a.

MUNDURUKU, Daniel. A escrita e a autoria fortalecendo a identidade. *Povos Indígenas no Brasil*, S.l., 2009b. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativasindigenas/autoria-indigena/a-escrita-e-a-autoria-fortalecendo-a-identidade>. Acesso em: 30 dez. 2019.

PAREDES, Julieta. *Hilandro fino: desde o feminismo comunitário*. México: Cooperativa El Rebozo, 2013.

PURI, Txama Xambé; PURI, Tutushamum; PURI, Xindêda. Kwaytikindo: retomada linguística Puri. *Revista Brasileira de Línguas Indígenas*, Macapá, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2020.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1994.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 83-103, 2002.

RUBIM, Altaci Corrêa. *O reordenamento político e cultural do povo KOKAMA: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru*. 2016. 324 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. *Reflexões sociolinguísticas sobre línguas indígenas ameaçadas*. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2009.

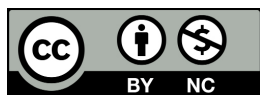
SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. A pedagogia da retomada: decolonização de saberes. *Articulando e construindo saberes*, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 204-216, 2017a.

SILVA, Maria do Socorro Pimentel da. Resistência e retomada da língua e do patrimônio cultural Karajá em Buridina. *Revista Linguística*, Rio de Janeiro. v. 13, n. 1, p. 231-244, jan. de 2017b.

SILVA, Sâmela Ramos da; VAZ FILHO, Florêncio Almeida. A responsabilidade do movimento e das organizações indígenas. In D’ANGESLIS, Wilmar da Rocha; NOBRE, Domingos Barros. *Experiências brasileiras em revitalização de línguas indígenas*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2020. . p. 231-268.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). *Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*. Paris, 2005.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, resurgir e re-viver. In CADAU, Vera Maria (Org.). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-42.



Data de submissão: 30/09/2021

Data de aceite: 13/11/2022